

anti— ~~capitalista~~

A Era da Instabilidade?

Perguntas e respostas
em tempos
convulsos



Instabilidade redux

Queda do governo português, guerra comercial iniciada por Trump, crash dos mercados bolsistas, alinhamento Washington-Moscovo e anúncio de rearmamento da Europa. O terceiro número de 2025 da Anticapitalista surge neste contexto nacional e internacional especialmente convulso e agressivo, que, ao invés de nos deixar atónitos e atónitas, deve motivar a nossa análise e resposta.

Avançamos, assim, com contributos que procuram enquadrar, explicar e compreender a enorme instabilidade – política, económica e social – com que a esquerda se confronta neste momento histórico, em que a guerra, a conflitualidade social e a exploração parecem tomar um lugar dianteiro. Fazemo-lo com um conjunto de textos muito diversos que exploram o tema da instabilidade de vários ângulos: nacional e internacional, económico e social, teórico e empírico.

Este número começa com um texto de Francisco Louçã que, focando-se na leitura dos factos que levaram à queda do governo de Montenegro, separa as águas. Trata-se de uma violação de regras democráticas de transparência, não de uma avaliação subjetiva quanto à ética do ex-Primeiro Ministro – e é do primeiro que trata a política. Andreia Baptista passa, de seguida, para o nível internacional, navegando a enorme desorientação das elites políticas europeias face ao aparente rompimento operado pela nova administração norte-americana, não esquecendo os paradoxos e contradições da sua cosmovisão e resposta geopolíticas.

Colocando uma lente teórica, e bebendo até a Maquiavel, o contributo de Hugo Monteiro procura explorar como a politização das emoções e estados de alma abre caminho para a instabilidade e para a conflitualidade social, absolutamente instrumentais para a consolidação de certos projetos políticos. Na mesma senda, Daniel Borges localiza a instabilidade no enorme desenlace social característico do capitalismo das últimas décadas, refletindo também sobre como a extrema-direita cavalga este contexto.

Os últimos artigos acrescentam perspetivas de economia política sobre a instabilidade. Diogo Machado argumenta que a particular convulsão e instabilidade do capitalismo contemporâneo se devem à agudização de uma crise de acumulação que remonta aos anos 60, descrevendo as suas características e contradições. Jorge Corsi olha para um lugar específico onde a instabilidade se manifesta de uma forma tão agressiva quanto concreta: o mundo do trabalho do capitalismo tardio, onde a precariedade é a norma. O número termina com uma recensão ensaística de Alexandre Portela que analisa um estudo etnográfico da exploração mineira em Portugal, situando este trabalho num contexto mais alargado e em diálogo com a teoria marxista.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

- 2 **Editorial**
Instabilidade Redux
- 3 **É a ética contra a instabilidade, estúpido? Não**
Francisco Louçã
- 5 **Paz é guerra e guerra é paz: num mundo instável, como evitar a catástrofe?**
Andreia Baptista
- 6 **“Round up the usual suspects!” Os estados de alma como ferramenta política**
Hugo Monteiro
- 8 **Dividir para conquistar? O desenlace social como forma de instabilidade**
Daniel Borges
- 10 **Crise de acumulação, instabilidade e barbárie**
Diogo Machado
- 13 **Capitalismo e precariedade da vida**
Jorge Corsi
- 15 **Para lá do Marão não mandam os que lá estão: O novo extrativismo europeu e o mito do Progresso**
Alexandre Portela

Ficha Técnica

| | |
|---------------------------|------------------------------------|
| Conselho Editorial | Design Gráfico e Ilustração |
| Alda Sousa | Duarte Santos |
| Ana Feijão | |
| Ana Vasquez | Paginação |
| Andrea Peniche | Tiago Tavares |
| Andreia Baptista | |
| Daniel Borges | Participaram nesta edição |
| Diogo Machado | Alexandre Portela |
| Francisco Louçã | Andreia Baptista |
| Hugo Monteiro | Daniel Borges |
| João Alcobia | Diogo Machado |
| João Bernardo | Duarte Santos |
| Narciso | Francisco Louçã |
| José Miguel Ricardo | Hugo Monteiro |
| José Miranda | Jorge Corsi |
| Maria Leonor Figueiredo | Tiago Tavares |
| Marco Marques | |
| Maria Manuel Rola | Nádia Leal |
| Nádia Leal | Patrícia Felício |
| Patrícia Felício | Paulo Antunes |
| Paulo Antunes | Ferreira |
| Ferreira | |

É a ética contra a instabilidade, estúpido? Não

Por Francisco Louçã

É o choque sobre a ética que justifica a convocação de eleições? Não é. Naturalmente, quem lê esta revista, se não toda a gente, sentirá que há de facto uma dimensão ética nesta crise: há coisas que não se fazem (como um primeiro-ministro ter na sua casa a sua empresa a prestar serviços a outras empresas que podem beneficiar de decisões do governo). Mas essa questão só importa para a decisão pública por ser uma violação política do dever do cargo. Dizer que o primeiro-ministro se comportou mal (ou bem) é reduzir este episódio a uma floresta de interpretações e a uma noite em que todos os gatos são pardos. Não, o que Montenegro fez foi muito mais do que se comportar mal (ou bem, dirão os seus apoiantes) pois rompeu com uma obrigação elementar imposta pelo seu cargo. E deve ser punido por isso, através de uma decisão política – as eleições que quis convocar – e não por um discurso etéreo sobre o pecado ou o bem e o mal. Estas eleições não são para decidir sobre uma questão ética. São para escolher um parlamento e um governo e para parar os interesses económicos que o PSD quis por ao leme do país. Não ponham na parede que “é a ética, estúpido”. Escrevam antes “é a transparência que nos protege dos interesses económicos obscuros, estúpido”.

É a clareza que nos defende do regime de instabilidade que a direita instalou, a partir da sua política baseada no medo da economia e da guerra e nas escapatórias políticas que correspondem a este truque.

A explicação de Marcelo

Para justificar a crise que levou à convocação de eleições, o Presidente explicou que se trata de um conflito sobre ética e moralidade. Vale a pena ler o detalhe deste argumento. Segundo Marcelo, “Do lado do Governo, foi afirmado que o Primeiro-Ministro, na sua

atividade patrimonial passada e presente, havia agido sempre no respeito da lei, da legitimidade política e da ética ou moralidade, ou seja, da transparência e da não confusão entre política e interesses económicos. Do lado das oposições, foi contraposto que tinha havido ou podia ter havido desrespeito da lei, da legitimidade política e da ética ou moralidade, ou seja, confusão entre política e interesses económicos”. Continua ele: “Este choque, não apenas legal, nem político, mas sobretudo de juízo ético ou moral sobre uma pessoa e sua confiabilidade, o Primeiro-Ministro, suscitou uma questão nova, é que todos os esforços de entendimento, mesmo mínimo, se revelaram impossíveis. Porquê? Porque, para uns, com os factos invocados e os esclarecimentos dados, a confiança ética ou moral era óbvia. Porque, para outros, com os mesmos factos invocados e os esclarecimentos dados, a desconfiança moral ou política é que era óbvia.”.

Este argumento é um truque. Procura basear a confiança, em última análise, num juízo “ético ou moral”. Ou seja, subjetivo e interpretável. Daí a narrativa sobre o que uns pensam e outros contrapõem; é uma lógica discursiva que está em causa, segundo Marcelo. Segundo o Presidente, a confiança depende da “ética e moral” e cada qual tomará a que quer e quanto quiser. Deste modo, é uma forma de isentar o PSD e o seu líder da obrigação estrita de cumprir regras políticas e legais; não seria por violar os princípios que obrigam a sua ação enquanto primeiro-ministro que Montenegro é posto em causa, mas por haver quem dele discorde e tenha outra interpretação da ética e da moral. E, como é bom de ver, essas interpreta-

ções são inexpugnáveis: eu tenho a minha visão da ética e da moral e, contudo, não devo nem posso impô-la a ti, ambos temos legitimidade para pensar como pensamos. Se assim fosse, vale tudo e Montenegro só fez pela vida.

A ética não decide a política

Se, desde os filósofos gregos, a moral é considerada a delimitação do certo e do errado, e, portanto, da ação que devemos seguir, ao passo que a ética escolhe entre o bem e o mal, é a primeira que delimita normas. Mas são as minhas normas, é a minha moral. Se a procurasse impor como fonte de legitimidade, ou como princípio de lei, substituiria a política (em que escolhemos caminhos para a nossa comunidade por decisão ou votação e independentemente das normas morais auto-atribuídas por cada pessoa) por uma forma de totalitarismo (tu tens que te submeter ao que eu considero ser a moral adequada). A política não é uma moralidade, mesmo que as pessoas intervenientes sigam as normas morais ou éticas que consideram corretas; devem fazê-lo e ser até avaliadas por isso e pela opinião dos outros, mas o que determina o que nos relaciona são regras comuns e legitimadas por toda a gente, isso é a democracia. A moral é substituída pela política como forma de decisão na república. Se fosse a moral de um ou de alguns a impor as decisões, teríamos uma ditadura ou uma teocracia.

É a ética contra a instabilidade, estúpido? Não (cont.)

Acresce que a moral e a ética se formam nos contextos históricos e na aprendizagem social. Num debate antigo, Jean Jacques Rousseau procurou resolver esta questão sublinhando o efeito perverso das instituições (o mal) sobre o indivíduo (que seria bom). Falando dos homens, e aliás só deles, as mulheres pouco significavam no seu “Discurso sobre a Desigualdade”, escreveu ele que “Os homens são maus. Uma triste e contínua experiência dispensa-nos a prova. No entanto, o homem é naturalmente bom, como creio ter demonstrado. Sendo assim, como explicar uma tamanha depravação, a não ser através das mudanças que se deram na sua constituição, dos progressos que fez e dos conhecimentos que adquiriu?”¹. Ou seja, as instituições, como a propriedade da terra, terão conduzido ao conflito e perturbado a existência e cooperação cordata entre os humanos. Neste contexto, a moral teria sido formatada pela experiência e ter-nos-ia tornado maus (nem Marcelo nem Montenegro se lembraram desta justificação). Tudo isto é uma simplificação discutível, embora aponte algo óbvio: o que a humanidade pensa sobre as suas regras vai mudando ao longo do tempo.

Concluo então que nem uma coisa nem outra: nem a moral e ética podem ser usadas como pressuposto da política, nem se deve admitir que a política conspurca inevitavelmente a bondade intrínseca. Tudo depende da luta de classes, da evolução histórica, da experiência política. O poder do capital procura impor a naturalização dos interesses particulares e até da seleção dos governantes segundo a sua fidelidade ao favorecimento estrutural e garantido

desses interesses – eles são os funcionários do regime de acumulação. E foi o que se constatou em Portugal nesta crise. Por isso mesmo, só a política pode recuperar o bem comum e só a disputa social e ideológica pode reaver o que é de toda a gente e colocá-lo ao serviço da democracia.

É assim que vamos para eleições, não para pedir ao povo para fazer um juízo ético ou moral de um caso mesquinho, no que se criaria um deserto de debates e um nevoeiro de interpretações, mas para ter a energia para vencer a cumplicidade entre o governo e as oligarquias, para derrubar a direita, para garantir as condições fundamentais da habitação, saúde, educação, transição ambiental, igualdade e combate à exploração do trabalho. Nesse sentido, é a escolha da responsabilidade social contra a instabilidade.

¹ Rousseau, J. J. (2021) [1755]. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Penguin (p. 121).



Paz é guerra e guerra é paz: num mundo instável, como evitar a catástrofe?

Por Andreia Baptista

O novo mandato de Trump está, queiramos ou não afirmá-lo, a mudar o mundo. As convicções das elites políticas europeias sobre a estabilidade das relações Europa-EUA estão a ser severamente abaladas, deixando, pela primeira vez em muito tempo, um vazio e uma dificuldade em articular o atlantismo que dominou as relações geopolíticas nos últimos anos. Fala-se agora em horário nobre de imperialismo americano face à ameaça à Gronelândia, ignorando ainda as intervenções imperialistas estadunidenses no Médio Oriente, na América Latina e, essencialmente, no resto de todo o mundo.

A desorientação é sentida em todos os setores. As empresas globais estão assustadas com o modo como a guerra comercial afetará o seu *bottom line*. A União Europeia não sabe o seu lugar histórico no mundo. Emmanuel Macron, o líder europeu que mais se tem destacado na afirmação da necessidade de soberania europeia com especial ênfase na dimensão militar, é o mesmo líder que é hoje condenado e criticado nos países africanos francófonos. O mesmo homem que disse, numa altura em que as tropas francesas estão a ser expulsas do Sahel, que os “estados africanos se tinham esqueci-

do de agradecer a França” é o que discute com Trump em direto na Casa Branca.

Entender esta tendência ocidental de dominado/dominador como uma irregularidade ou anomalia expressaria, de certa forma, uma incapacidade de integrar a história colonial no pensamento europeu. O autor Juan Francisco Moreno Montenegro, dramaturgo e militante equatoriano, chega mesmo a definir a colonialidade como uma face oculta da modernidade, em oposição à definição eurocêntrica que define a modernidade como a emancipação da Humanidade, dissimulando ou negando a sua faceta opressiva.

É através deste prisma que se entende também a solidariedade europeia seletiva com o sofrimento ucraniano, capaz de ignorar, absolutamente e em simultâneo, a situação drástica no Congo e o genocídio na Palestina, ambas tragédias fruto de intervenção ocidental.

As Nações europeias e as suas lideranças estão hoje comprometidas com uma afirmação de força no mundo para contrabalançar a sua irrelevância concreta, militarizando-se e necessariamente abdicando do seu Estado Social no caminho. A perversão comunicativa é a mais evidente, roubada palavra por palavra dos neoconservadores americanos que mais têm promovido os gastos militares e a criação de con-

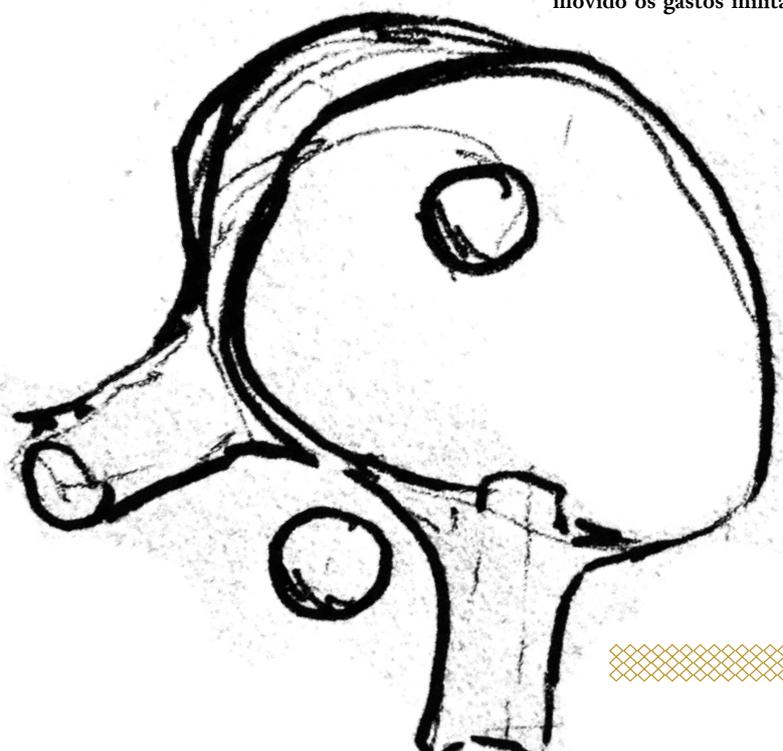
flitos no mundo que os justifiquem: paz através da força. Portanto, é preciso guerra para haver a paz e a declaração da paz é um apoio à guerra.

A guerra torna-se e é tornada inevitável, vendida como essencial para a segurança e rebuscando o patriotismo e o nacionalismo (hoje assumido pelo europeísmo também) para a justificar.

Não há dúvida que os estados precisam de segurança, tanto interna como externa. A esquerda não se pode alienar da ideia de que os estados também servem para garantir a segurança dos seus cidadãos, num mundo dividido entre estados nação. Mas não vale a pena enunciar os já elevados gastos militares da União Europeia, esses já são dados conhecidos. É preciso estarmos preparados para a certeza de que, num contexto de ascensão da extrema-direita, os mecanismos de repressão externa servirão para a repressão interna, um poderoso instrumento para a luta de classes (do outro lado). É o caso da utilização das mesmas táticas de guerra na Palestina e com os ativistas afroamericanos nos Estados Unidos ou mesmo dos bairros sociais em Portugal serem utilizados para experimentar novo material bélico.

Hoje, mais do que nunca, é importante imaginar como se constrói um bloco dos povos para a paz. Do povo norte-americano ao russo, do palestino ao dinamarquês. As guerras imperiais que dominam o mundo são guerras de extração, acumulação de capital e de recursos naturais, de devastação ambiental e ameaça nuclear. O instrumento para essa divisão é o racismo, a xenofobia e a ideia de que a dita classe média estará segura, protegida pelas classes dominantes desde que não se desalinhe com a sua defesa. É a ganância organizada, tornada política que sacrificará sempre qualquer vestígio de protocolo internacional, a autodeterminação dos povos e o direito à vida de milhões de pessoas no mundo.

Quando vemos comentadores na televisão eles precisam de falar horas e horas e horas e horas para nos tentar convencer de que o que vemos com os nossos olhos não é verdade. Que a guerra é má e mata, que as nossas vidas estão a ficar piores e de que não, quem ganha com isto tudo não está do nosso lado.



“Round up the usual suspects!”

Os estados de alma como ferramenta política

Por Hugo Monteiro

Portugal, entre finais de 2024 e inícios de 2025. Tinha acabado de sair o relatório de segurança que, uma vez mais, assinava não haver relação entre números da criminalidade e imigração. Os números e a realidade contável não deixavam dúvidas, para grande desconforto do alarmismo semeado pela direita e pela extrema-direita. Em discurso desassombrado e especialmente assertivo, o diretor da PJ sublinhou-o, para os menos afoitos à análise estatística: a criminalidade surge inflacionada pelo cibercrime, pela extorsão, pelos crimes de ódio, mas não tem um aumento expressivo e, acima de tudo, não tem qualquer relação com os números da imigração.

Mas nem sempre a conjuntura da política espetáculo se nutre de factos. Na verdade, na vitrina omnipresente da política do tabloide, os malandros dos factos só estorvam, e a questão é que esses factos destruíam os pressupostos de uma extrema-direita cada vez mais mimetizada por outros quadrantes do espectro político, incluindo o próprio governo. Assim se exemplifica o jogo recorrente, mas perigoso, da utilização dos estados de alma como ferramenta de manipulação política: quando os factos contrariam a disposição mais conveniente, pois tanto pior para os factos!

Talvez por isso, por não se acomodar ao empecilho da objetividade, o então ainda primeiro-ministro defende a lógica securitária do seu discurso com “sentimentos” e “percepções”. Não é preciso que o crime aconteça, basta que as pessoas achem que ele acontece. Subentende-se que este primado da “sensação”, da

“percepção”, do “achismo” securitário, validará também quem se “acha” que pode ter cometido os tais crimes, que nunca aconteceram.

É por isso perfeitamente normal que se encoste à parede uma fileira de pessoas de uma determinada zona, por qualquer “sensação” ou “percepção” que ainda se irá apurar. “Round up the usual suspects” – diria, em Casablanca, o austero Capitão Renault.

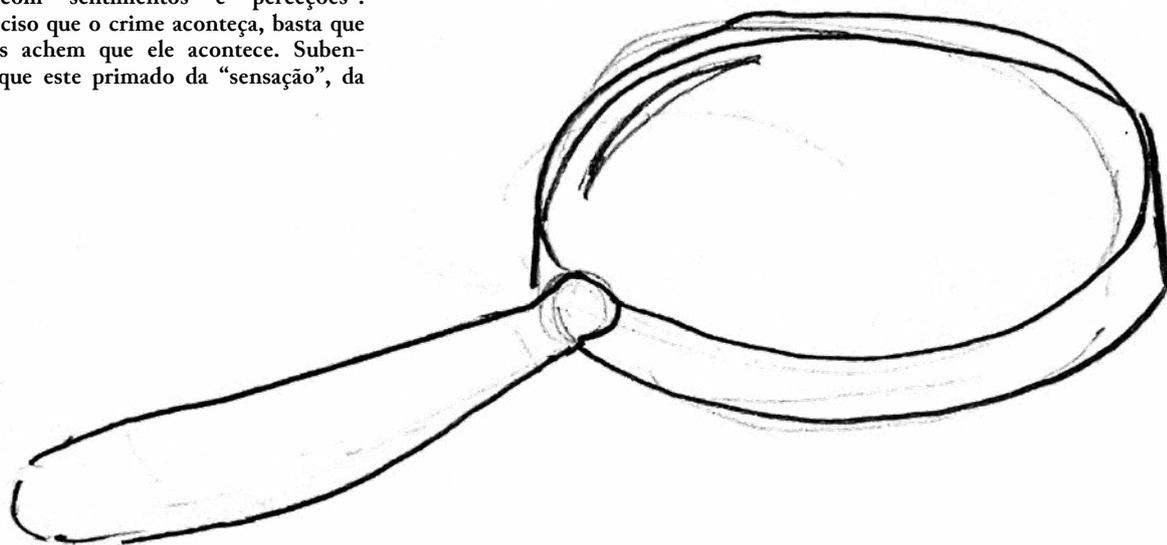
Atrás da cortina

As percepções dão nisto. Projetam no coletivo a marca do individual, anulando a diferença e submergindo qualquer juízo no bolo do falso unanimismo. Dá-se validade a uma “percepção” na esfera limitada que é a bolha mediática, ou nas redes da mais direta e familiar proximidade. A percepção limita-se ao que o olhar alcança e, como diz o povo, o que os olhos não veem o coração não sente. As percepções não se universalizam fora de uma lógica de poder, nem se propagam sem a força de uma hegemonia, que a faça valer como se fosse única e inúmera. Por isso um imigrante racializado não tem percepções mediatizáveis – ele é percecionado, não perceciona!

Justifica-se, também por isso, que redes de tráfico humano, a exploração da agricultura intensiva ou o novo trabalho à jorna que é o capitalismo de plataformas pouco figurem neste jogo. Perdem-se ou ocultam-se na “percepção” do medo do diferente ou na imersão do indivíduo na “sensação” da insegurança, alimentadas pelas consequências da pobreza extrema e da segregação urbana – as causas escondem-se atrás das “percepções”. Não importa que estas pessoas, aquelas pessoas, vivam exploradas em regimes de “cama quente”, em processos de degradação absoluta, fora de uma economia política de “percepções” consequentes. Importa apenas a notícia que projeta o crime, que amplifica e universaliza a agressão ou o roubo. Passa a contar apenas o desconforto deste ou daquele indivíduo quando passa na rua onde “eles” estão, na loja onde “eles” trabalham e que canalizam o incômodo para uma narrativa etnocêntrica que a imprensa tabloide regurgita.

Contra factos, ressentimentos

Certo é que o discurso da segurança e do medo se revela politicamente eficaz, mesmo num país com muito baixos índices de criminalidade. Essa eficácia é tão evidente que chega a ser difícil apontar a contradição e pôr



o dedo na ferida do dissenso: o tal país com números de criminalidade continuamente baixos, o mesmo país frequentado por hordas de turistas e por milhões de pessoas cativadas por ambiente seguro e praias douradas, é expressivamente cativável por forças políticas que reforçam precisamente o contrário. Sublinho o plural: forças políticas. Nutridas pelo sensacionalismo de uma imprensa dominante, como pelo ambiente pouco saudável das redes sociais, direita e extrema-direita cada vez mais se afirmam como aliadas na disposição populista que é a cavalgada das “percepções”.

Não é, reforce-se a evidência, um fenómeno nacional. A politização das sensações veio para ficar, com meios reforçados e com processos de captura de opinião muito difíceis de contrariar. Os estados de alma são ferramentas políticas que, contra factos, cavalgam ressentimentos, elegem Trump e Meloni e, no caminho, riem-se da degradação espetacularizada de um oligarca multimilionário que, com movimentos de calculada pantomina, acena aos holofotes com uma saudação nazi. Escudado no nacionalismo radical, o célebre MAGA mantém a sua eficácia no uso manipulatório das “sensações”. As mais mesquinhas, mas também as mais tremendamente eficazes. Não sabemos se a ópera bufa em que se transformaram as instituições da UE terá alguma vez condições para mime-tizar a MAGA em MEGA. Mas veja-se como hoje, na escalada da retórica armamentista, a solução está lá: a exploração da irracionalidade do medo.

Há formas de mapear esta política de estados de alma e o medo é justamente uma das coordenadas possíveis. É uma das percepções favoritas na abordagem manipulatória das disposições do “povo”.

Politização das paixões 1: maquiavelismos sem Maquiavel

Há séculos atrás, já Maquiavel alertava para a consideração das paixões no espaço do xadrez político. E elegeru precisamente o medo como uma das paixões prevaletentes nas disposições que mobilizam a ação popular. O povo é uma turba dispersa, tão incontrollável quanto os elementos da mais bravia natureza. Esta dispersão é feita de paixões, de estados de alma, de devaneios contraditórios e de circunstâncias que se revelam tão perigosas quanto imprevisíveis. O Príncipe – que não é necessariamente o delfim de uma determinada monarquia, mas um governante, um Estado ou uma forma de poder – deverá ser um agregador da vontade coletiva. No tempo de Maquiavel e de Lourenço de Médicis, tal vontade coletiva é materializável nos apetites de uma burguesia em confronto com a

ordem feudal, mas pode bem ser, em qualquer outra época, a de um grupo social, uma corporação, uma classe profissional.

É aqui que intervém a virtude de um governo, sempre em interação com a sorte, elemento inultrapassável na leitura de Maquiavel. A sorte agiliza a chegada ao poder, mas não permite a sua conservação. É preciso que o governante tenha sorte, mas a sorte não basta. Só uma “astúcia afortunada” garantirá o que interessa. As paixões populares são tão bravias e tão imprevisíveis como os elementos naturais, pelo que a astúcia é fundamental para construir barreiras, diques e muralhas que ordenem ou canalizem tais disposições tempestuosas. Politizar as paixões é canalizá-las. Ou, na visão estratégica do pensador florentino, unificá-las numa paixão prevaletente: o medo.

O medo é, realmente, uma das mais manipuláveis paixões, uma vulnerabilidade irresistível para o sentido de autoconservação do afortunado governante. A vantagem de “um certo sentimento de insegurança” é que está vedado a qualquer objetividade estatística, assim como a “política de portas abertas, mas não escancaradas” é bem passível de corresponder às meias tintas de quem, na prática, alimenta a fobia da diferença.

Politização das paixões 2: grandes triunfos do neoliberalismo

Finda a promessa eurocêntrica/ ocidental da constância do progresso nas chamadas “democracias liberais”, no período dos “gloriosos 30”, o recuo austeritário do Estado Social construiu-se sobre o que Daniel Bensaid designou por “individualismo concorrencial”. Este é um dos alcances ideológicos do capitalismo, que complementou a lógica de otimização do lucro com uma superestrutura que o ramificou em todas as direções. Ele naturalizou-se e intensificou-se nas lógicas do empreendedorismo, do bem-estar, de todas as formas de um viver cada vez menos em comum, distribuindo-se pelos pequenos espaços privatizados das cidades que nos vão permitindo habitar.

No círculo do indivíduo não entra qualquer abordagem de classe. Os estados de alma, esculpados à escala individual, projetam o sentimento de um só na ilusão agregadora de muitos, multiplicando pequenos ressentimentos privados que a hipercomunicação da rede social acolhe e legitima. A aliança sistémica entre a direita tradicional e a extrema-direita encontra condições ideais no individualismo neoliberal e na sua politização de estados de alma.

É interessante verificar, na panóplia de ânimos politizados, a recorrência da “moderação”

como suposta virtude de uso instrumental no circuito que caracterizamos. Forças partidárias, antigas ou recentes, atropelarem-se para assumirem o seu lugar no resguardo dessa convidativa poltrona. Das cedências a um mercado parasitário da habitação, que não se ousa afrontar, até poses mais ou menos recalçadas para fotos em embaixadas de países genocidas, velhas e novas tendências da esquerda vão engrossando esse coro de suposta razoabilidade. Burguesa e comodista, a velha virtude da moderação funciona como uma espécie de palavra-passe, a partir da qual se dá por válido o pior dos reacionarismos.

Para além da soberania do medo

Hoje, o facto é que esta mesma politização de estados de alma ameaça atuar hiperbolicamente contra todos os instrumentos da razão, todos os bastiões de liberdade e de crítica. Verificamos isso mesmo quando um Estado, em toda a sua arrogância colonial e imperialista, ensaia um exercício de censura a Universidades fora das suas fronteiras, enquanto exerce um poder arbitrário e desmedido contra o seu próprio sistema educativo e científico. A América de Trump é campeã da projeção mais oportunista dos pequenos ressentimentos à esfera da decisão política, catapultando o obscurantismo ao púlpito da soberania inquestionada. A ignorância autorizada e a cloaca das redes sociais são gasolina e habitat de uma espécie de pesadelo coletivo vivido em direto e a cores.

Pródiga na legitimação de um egoísmo sem confrontação, alimentada pela ilusão do consenso da bolha mediática ou do comentário na notícia de jornal, a politização das percepções age pelo avesso da legitimação democrática. Daí que um dos desafios inultrapassáveis do nosso tempo seja a nova conjugação entre inteligência e ânimo, entre razão e sentimento, que possa levar de vencida a exclusividade do medo ou o império do ressentimento.

Ir além de estados de alma não é evitá-los, nem menosprezá-los, nem sequer submetê-los ao estreito critério da tecnocracia. É apenas dar-lhes ferramentas democráticas, elevando-os para além da manipulação e da propaganda. Autorizá-los, ou seja, dar-lhes poder coletivo.

Dividir para conquistar? O desenlace social como forma de instabilidade

Por Daniel Borges

Há cinquenta anos, Portugal celebrava a sua democracia com eleições a 25 de abril e grandes manifestações no Dia do Trabalhador. Comissões de moradores, associações, sindicatos, partidos, associações de estudantes e outras estruturas sociais que tinham acumulado força durante a ditadura ganhavam uma nova dimensão com a democracia.

Muitas dessas estruturas ainda existem, mas sofreram o golpe brutal do neoliberalismo. Em termos objetivos e subjetivos, a mudança de paradigma social e económico desestruturou completamente o que entendemos por socialização, comunidade e laços sociais. Estamos mais isolados, e por isso somos mais frágeis. O mundo mudou.

É essa frase que lança o mote para este texto de uma forma particularmente agonizante. É verdade que o neoliberalismo colocou em marcha mudanças que transformaram profundamente não só a estrutura económica das sociedades capitalistas avançadas, mas também as suas estruturas sociais e comunitárias. E é verdade também que essas mudanças dilaceraram os laços sociais com o apoio dos *smartphones* e das redes sociais.

As teorias da modernidade estudaram o fenómeno e deram-lhe diferentes nomes que podiam ser sinónimos. Liquidez, precariedade, aceleração, instabilidade, fragilidade. O ataque de tal forma brutal à base que a superestrutura fica de pé por um fio. Thatcher e Reagan, faróis ocidentais do neoliberalismo, começaram mesmo por atacar o que havia de concreto: o Estado Social.

Thatcher, a quem é atribuída a célebre afirmação de que “não existe tal coisa” como sociedade, seguia essa afirmação com “há homens e mulheres individuais e há famílias”. Dedicaram-se a atacar as seguranças mínimas dos trabalhadores. A saúde, a habitação, a proteção social. Perceberam que quanto mais frágeis estavam, mais fáceis seriam de domar.

Atacaram também os sindicatos, primeira linha de defesa contra os ataques do capitalismo e estruturas sociais plenamente coesas. Conseguiram pulverizar a organização sindical com novas formas de trabalho precárias e explodiram as externalizações, as prestações de serviços, os trabalhos temporários, como agora explodem os trabalhos de plataforma.

A precariedade laboral não fragilizou só sindicatos, fragilizou todas as formas de comuni-

dade. Saltar de trabalho em trabalho significa saltar de casa em casa, de cidade em cidade, de grupo social em grupo social. Equipas com alta rotatividade não criam laços. Vários êxodos rurais, tanto em Portugal como na maior parte dos países ocidentais, ajudaram. As políticas urbanísticas foram sendo desenhadas para colocar as pessoas em gavetas onde dormem à noite e não para criar zonas urbanas dinâmicas, com qualidade e com vida. Enfim, todas as vertentes da organização social foram sendo desenhadas para o indivíduo e não para a comunidade.

A isso somou-se uma narrativa social e política que nem precisa de apresentação. Estamos imersos nela diariamente: a meritocracia, a competição extrema, o individualismo. Um tipo de darwinismo social e económico que se vai tornando cada vez mais *mainstream*.

Os meios de difusão dessa narrativa é que se tornaram mais sofisticados. Às estruturas sociais e materiais preparadas para incentivar o individualismo e erodir a comunidade, e à narrativa aperfeiçoada para defender essa nova realidade, juntaram-se mundos virtuais desenhados para criar uma ilusão de conexão enquanto fomentam o ódio. Aí está a cereja no topo do bolo.

Desenlace social, polarização cultural

Num mundo desligado fisicamente e ligado digitalmente, onde comportamentos são dados e esses dados são sistematizáveis, analisáveis e manipuláveis, quem está por detrás do algoritmo é rei. A atomização dos laços sociais tornou-nos mais dependentes da comunicação digital, mais desconfiados da comunicação pessoal e mais suscetíveis a desinformação e táticas de manipulação. E os habituais ciclos de avanço e refluxo da luta política podem até começar a ser invertidos.

Por várias razões materiais, sociais e culturais, os Estados Unidos da América e o Brasil fizeram caminhos semelhantes em que a polarização está mais acentuada do que nunca. São quase duas sociedades distintas que vivem no mesmo país, dividido ao meio não só politicamente, mas cultural e socialmente.

A Europa está um pouco mais distante, mas segue a mesma fórmula. Em Portugal, a extrema-direita elegeu 50 deputados. No Reino Unido, o *Reform* já ultrapassa os Conservadores nas sondagens. Na Alemanha, a AfD ultrapassou o partido social-democrata. Na Itália, a extrema-direita já tem um histórico de governação e na França estão cada vez mais perto de o ter.

O avanço da extrema-direita beneficiou do isolamento social, da precariedade, da insegurança material, da narrativa individualista e das redes sociais. E com estes fatores se afirmou uma reação aguda aos avanços sociais do final da última década.

Certo é que Trump já estava na Casa Branca e Bolsonaro em Brasília, mas a narrativa política da extrema-direita a partir do fim da pandemia não se pode entender senão como uma ofensiva reacionária contra o que foram avanços em termos de debate social e político no campo do feminismo, do movimento LGBTQI+, da justiça climática e do antirracismo.

É através de um movimento que gera fricções, que a extrema-direita se aproveita para abrir uma fenda social. Entre quem acha que estes movimentos “foram longe demais” e quem percebe que os avances no debate social não significam vitórias materiais e a aproximação da igualdade. Ou entre quem acha “que já não se pode dizer nada” e quem acha que ainda há coisas por dizer.

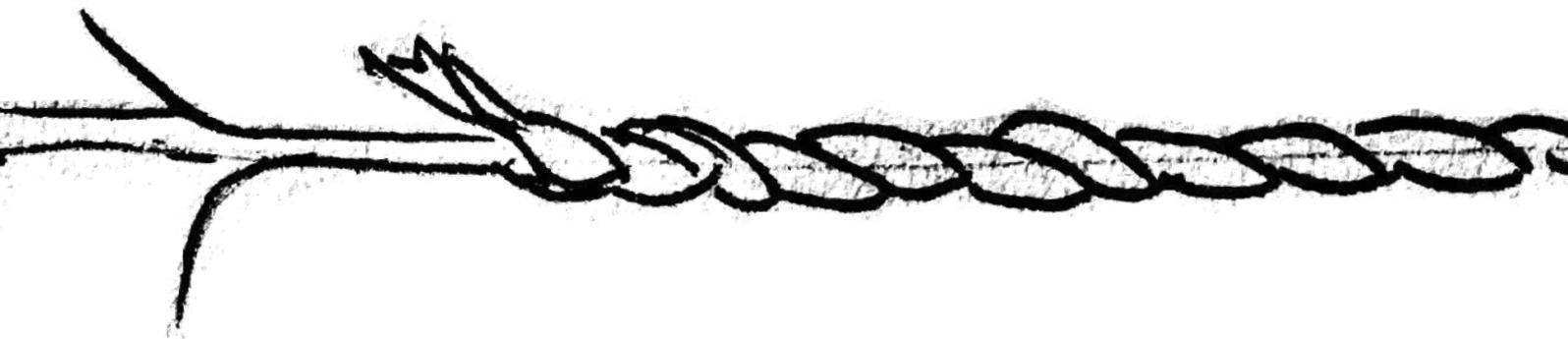
Curiosamente, essas guerras culturais entendem-se melhor através do posicionamento das grandes empresas, de tecnologia, mas não só, face aos temas sociais. Durante o período de

avanço, Zuckerberg apoiava a igualdade das mulheres e os direitos LGBTQI+, agora diz que é preciso mais “energia masculina” nas redes sociais. Musk apoiava os Democratas, agora dirige a ofensiva cultural. E a prova de fundo desta mudança é mesmo o segundo mandato de Donald Trump. Mais inconsequente, mais autoritário, mais ao ataque.

Se o neoliberalismo preparou as bases materiais e narrativas para o desenlace social, e a extrema-direita usou as redes sociais para transformar esse desenlace em polarização cultural, que posição política e organizativa cabe à esquerda anticapitalista neste paradigma?

Infelizmente não há balas de prata nem propostas inéditas. Este texto também não faz mira às estrelas. O trabalho a fazer é aquele que tem sido feito e a que as organizações de esquerda sempre se propuseram.

Do bairro ao local de trabalho, da desigualdade de género à liberdade sexual, da cidade ao plano internacional, é procurar novas formas de comunidade e novas respostas. A invenção de alternativas quando nos dizem que elas não existem, uma batalha de David contra Golias para provar que o fim do mundo não é mais fácil de imaginar do que o fim do capitalismo. A colocação concreta daquilo que muita gente sente falta: uma comunidade organizada para lutar por um sonho.



Crise de acumulação, instabilidade e barbárie

Por Diogo Machado

O que têm em comum a queda de governo de Montenegro, as tarifas de Donald Trump e o anúncio do rearmamento da Europa por parte de von der Leyen? O início de 2025 tem sido marcado por convulsões várias e mudanças surpreendentes a nível internacional. O espectro da guerra voltou a pairar sobre a Europa e o clima político é de instabilidade, medo e incerteza sobre o futuro próximo.

Sabemos que o modo de produção capitalista é marcado por instabilidade endémica, mas como podemos explicar esta conjuntura particularmente convulsa, sobretudo visto que não estamos (ainda) em período de crise? A resposta jaz na constatação de uma crise de acumulação profunda que começa final dos anos 60, mas que se vem agravando progressivamente, atingindo neste momento histórico uma expressão particular e contraditórias cada vez mais difíceis de navegar. Assim se explica que o sistema se torne cada vez mais agressivo e se vire para o autoritarismo e para a guerra como soluções finais para a manutenção do regime de acumulação.

Marx famosamente decretou que a queda tendencial da taxa de lucro era uma lei inexorável da produção capitalista. Pondo de parte as controvérsias em torno desta lei, todos os dados apontam para que tenha existido uma forte descida da taxa de lucro desde o final dos anos 60. A tendência é inegável, mesmo que a variação não tenha sido exatamente linear nem isenta de oscilações. O que tentarei mostrar é que a instabilidade vivida neste momento é o resultado da agudização deste processo.

O princípio do fim?

O período do pós-guerra, frequentemente descrito como os '30 anos dourados', foi de forte expansão do capitalismo, marcada simultaneamente por aumentos extraordinários da taxa de lucro e por conquistas importantes para a classe trabalhadora. Isto só foi possível pela rápida inovação tecnológica, sustentada pelo grande investimento dos Estados no esforço de guerra.

Quando este modelo já começava a mostrar sinais de estar esgotado, o fim do padrão-ouro em 1973 e o choque petrolífero atiram o centro capitalista para uma crise prolongada de estagnação, cuja síntese é a viragem para o neoliberalismo como paradigma económico. A liberalização financeira e livre de circulação de capitais promovidas pelos acordos internacionais de comércio na década de 80 proporcionaram uma breve recuperação das taxas de lucro depois da grande queda registada na década anterior.

O neoliberalismo e a globalização podem ser compreendidos, assim, como uma reação organizada do capital para recuperar as taxas de lucro, combatendo a redução da rentabilidade do capital com a sua expansão para outras geografias onde os baixos custos do trabalho permitiam um aumento da exploração. Como veremos, todas as descidas da taxa de lucro no período analisado são seguidas de respostas de natureza distinta com vista a restaurá-la que, embora consigam fazê-lo no curto prazo, são incapazes de travar a sua descida estrutural e tendencial no longo prazo.

No entanto, o feitiço virou-se contra o feitiço. Confrontados com a desindustrialização provocada pela deslocalização das atividades manufatureiras para o Sul Global, principalmente no leste asiático, os países ocidentais procuram restaurar a competitividade desregulando o trabalho e o setor financeiro, e desonorando fiscalmente o capital. O resultado é, não só, uma verdadeira corrida para o fundo em termos dos salários e da receita fiscal, deprimindo a procura agregada e o investimento público, outrora tão importante para a rentabilidade do capital, mas também a financeirização das economias.

O vício nas rendas financeiras de produtos crescentemente complexos e opacos reforçou as

tendências de desindustrialização/terciarização e inaugurou um período de estagnação do crescimento económico e da produtividade, reforçando a tendência de redução da taxa de lucro. Esta espécie de movimento autodestrutivo do capital demonstra em toda a força as contradições da economia capitalista e a sua incapacidade de condução económica sustentável a longo prazo. Em todo o caso, é este paradigma que permite compreender os desenvolvimentos neste século.

Ecos da crise financeira

O século XXI abre na ressaca da crise financeira asiática de 1997 e da bolha *dot.com*. A orientação das economias para o setor financeiro já acusava limites e a crise financeira de 2007-8 veio demonstrá-los em absoluto. Aqui se viu que não era sustentável estruturar economias com base na acumulação de capital fictício. A década que precede a crise financeira é marcada por crescimento lento e um forte endividamento das economias, alavancado por um acesso desinibido ao crédito, por sua vez facilitado pela desregulação financeira e pela livre circulação de capitais.

Seguiu-se uma grave crise de acumulação, pois tinha sido atingido o segmento proeminente da classe dominante: o setor financeiro. Após ser ensaiada uma breve e tímida tentativa de keynesianismo, a resolução da crise foi mais uma

vez arbitrada a favor do capital. A resposta à descida da taxa de lucro – a austeridade – promoveu o aumento da reserva industrial do trabalho via desemprego em massa e desregulou ainda mais o mercado de trabalho, criando condições decisivas para a intensificação da exploração. Ao mesmo tempo, o resgate direto dos grandes grupos financeiros por parte do Estado através da emissão de dívida, a concentração empresarial derivada da falência dos grupos me-

nos resilientes devido à depressão da procura, e a privatização de grandes empresas públicas com rendas garantidas permitiram a restauração (temporária) da rentabilidade do capital.

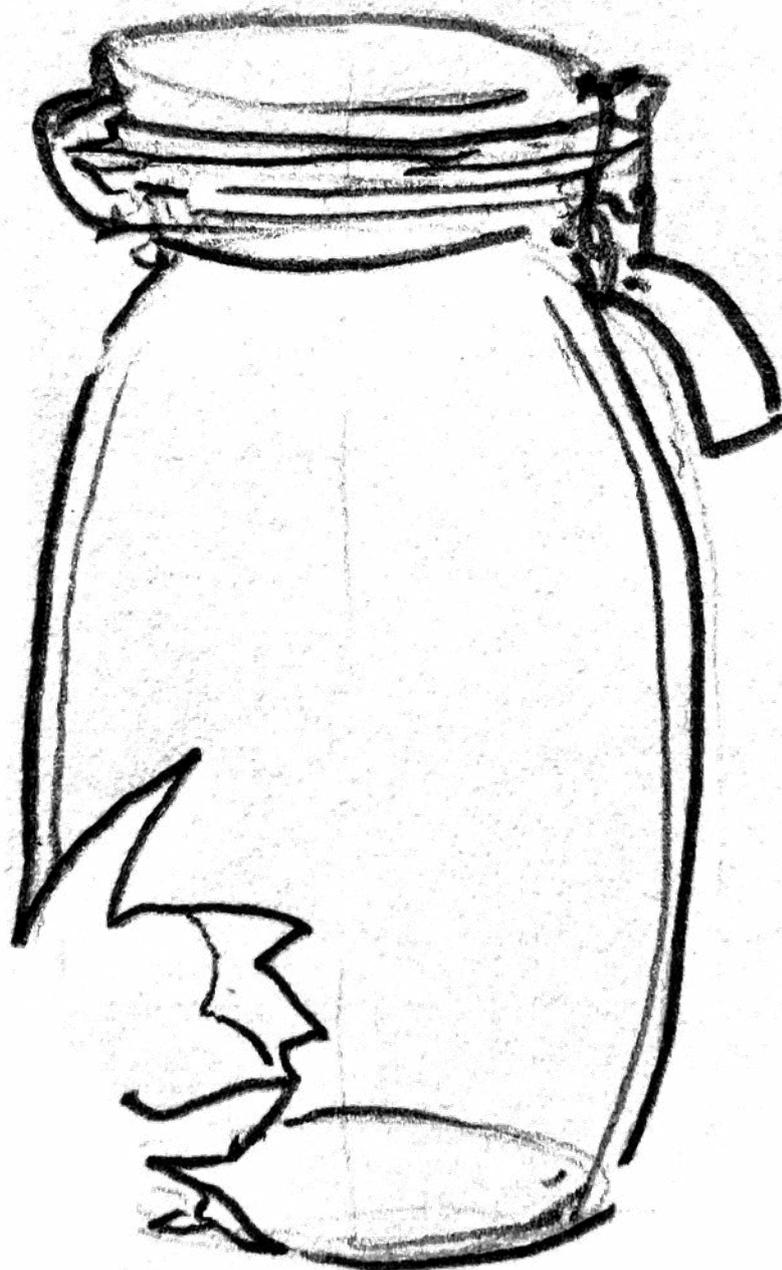
No entanto, nada de estrutural foi mudado nas economias, além da descida substancial dos custos do trabalho. A estratégia de recuperação na década seguinte assentou, por um lado, na breve recuperação de competitividade propor-

cionada por esta circunstância, mas, sobretudo, numa política monetária expansionista permanente dos bancos centrais. Durante quase uma década, os bancos centrais seguraram na prática as economias ocidentais com taxas de juro de referência baixíssimas, tendo chegado a ser negativas, e contínuas injeções de liquidez avultadas através de programas de *quantitative easing*.

Isto permitiu uma certa recuperação, mas toda ela artificial e frágil, pois baseou-se uma vez mais na valorização de ativos ao invés de uma expansão das forças produtivas. Um estudo recente da consultora McKinsey¹ compara a evolução do valor dos ativos em relação ao PIB nas 10 maiores economias do mundo desde 1970, concluindo que este rácio, tendo-se mantido de 4:1 entre 1970 e 2000, aumentou para mais de 6:1 entre 2000 e 2020 – uma subida de 50% em 20 anos.

Como sempre, o reverso das rendas financeiras é a descida das taxas de lucro. A crise de sobreprodução intensifica-se e leva à continuação da financeirização, apesar da crise. A procura deprimida pela contenção salarial diminui ainda mais as possibilidades de alocação de capital produtivo aos capitalistas, virando-se, assim, de novo para a especulação financeira, que permite rendimentos não através do investimento produtivo, mas, sim, da valorização e troca de ativos financeiros. Isto aconteceu não só nos mercados de capitais, mas também no imobiliário, que ganha muita expressão neste período pós-crise – o mesmo estudo estima que o imobiliário representa quase 70% do valor líquido dos ativos a nível mundial.

Numa série de ‘movimentos polanyianos’², o mercado vai-se progressivamente apropriando e mercantilizando áreas da nossa vida como estratégia para evitar a descida da taxa de lucro. É o caso do dito mercado da habitação, mas também da saúde, energia e até da nossa própria experiência individual sob a forma de dados. A ascensão das grandes tecnológicas norte-americanas como novo segmento dominante do capital explica-se, contudo, não só pela descoberta desta nova matéria-prima gratuita, mas também pela especulação financeira, tendo-se materiali-



1 McKinsey Global Institute. (2021). *The rise and rise of the global balance sheet*. Retirado de: <https://www.mckinsey.com/industries/financial-services/our-insights/the-rise-and-rise-of-the-global-balance-sheet-how-productively-are-we-using-our-wealth>

2 Referência ao argumento do historiador económico Karl Polanyi n'A *Grande Transformação*, que documenta como a terra, o trabalho e o dinheiro, bens públicos outrora sobre-determinados por relações sociais, se tornam mercadorias para comprar e vender.

Crise de acumulação, instabilidade e barbárie (cont.)

zado através de uma extraordinária capitalização bolsista no período pós-crise. Na ausência de aplicações produtivas, foi para aqui que grande parte do dinheiro emitido pelos bancos centrais se dirigiu. Em todo o caso, é evidente que no contexto que quebra prolongada de taxa de lucro, os setores mais dinâmicos do capital são os setores rentistas, nomeadamente o imobiliário e as grandes tecnológicas, apoiados, claro está, na finança. A resistência do capital contra esta tendência efetua-se pela canibalização de cada vez mais aspetos da nossa vida.

Por fim, a barbárie

A pandemia operou uma nova descida da taxa de lucro, que foi rapidamente combatida através uma renovada injeção de liquidez dos bancos centrais e de uma estratégia agressiva de *sellers' inflation*³ por parte do capital, aproveitando o clima de aceitação da inflação para aumentar fortemente as margens. Isto permitiu lucros extraordinários de alguns setores com grande poder de mercado como a energia, o retalho e a banca. Ao contrário do período pós-crise, deve notar-se, os bancos centrais decidiram aumentar fortemente as taxas de juro de referência, mesmo que a procura não fosse a causa da inflação, num outro movimento para segurar o valor dos ativos financeiros à custa das atividades produtivas e da classe trabalhadora.

No entanto, passado o período mais crítico da inflação, estes lucros voltaram ao normal. A forte deterioração do poder de compra das massas trabalhadoras, que, de forma geral, tiveram aumentos salariais modestos por comparação com a inflação do período, só veio agravar a tendência de queda da taxa de lucro.

À medida que o tempo avança e que as estratégias do capital para combater esta tendência se revelam efémeras e ineficazes, as contradições do sistema capitalista aprofundam-se e a sua agressividade intensifica-se. Hoje, encontramos-nos numa conjuntura particularmente perigosa.

Desde há um ano para cá, tem-se ganhado consciência da aguda crise do setor automóvel e

européu e americano, materializada em grandes quedas dos resultados e das cotações em bolsa das principais empresas, fechos de fábricas e despedimentos. O pânico dos líderes ocidentais é justificado – trata-se, talvez, do último baluarte da indústria euro-americana – e as tarifas introduzidas por Trump e pela União Europeia, assim como a ressuscitação da política industrial, são uma tentativa desesperada de proteger o que resta do capital produtivo nestes territórios. A guerra comercial inaugurada por Trump ameaça o já débil crescimento económico no centro capitalista e introduz um novo elemento de instabilidade sistémica. Ela soma-se a um modelo de acumulação já altamente instável, que saiu da crise financeira praticamente inalterado. A enorme sobrevalorização dos ativos financeiros faz pensar que uma nova crise está à espreita.

Na sequência do surto inflacionário e da perda de compra, vários governos têm caído e a instabilidade política é cada vez mais a norma, com parlamentos fragmentados, legislaturas curtas e dificuldade em formar coligações maioritárias de governo. Isto é um espelho das contradições do sistema, cujos representantes políticos tradicionais, que alternam no poder sem alternar de políticas, merecem cada vez menos confiança das massas depauperadas. Esta insatisfação tem sido efetivamente cavalgada pela extrema-direita, que cresce por toda a parte, afigurando-se até como força de governo em vários locais.

A pandemia poderá ter deixado marcas fortes numa tessitura societal já debilitada, nomeadamente na ainda maior digitalização do social, assim como na forte desconfiança social e nas autoridades (olhe-se para a proliferação de teorias de conspiração neste período). Como documenta Daniel Borges no seu contributo, o desenlace social fortalece o terreno para a extrema-direita. O paralelismo com os anos 30 do século passado é evidente: num momento de enorme instabilidade económica e crise social e política, venceu o fascismo. Evocando Clara Mattei, será que uma renovada vaga de austeridade nos trará de novo o fascismo?

Diminuída a legitimidade política da direita tradicional, o capital vira-se para a 'nova' extrema-direita, quer com adesão ideológica, quer com generoso financiamento, como forma de relegitimar o sistema. A extrema-direita permite não só canalizar a frustração para longe da luta social e política, como também manter e aprofundar o regime de acumulação.

Esta é uma opção absolutamente natural para o capital: depois da globalização, há menos mercados para expandir ou para explorar mão de obra barata (por isso, se querem desproteger imigrantes); depois da austeridade, há pouca margem para desregular mais a legislação laboral ou para baixar mais os custos do trabalho; depois da crise inflacionária, é difícil aumentar ainda mais as margens ou espremer ainda mais o poder de compra, pelo menos sem arriscar um declínio insustentável do consumo privado. Sem surpresas, o capital vira-se para o autoritarismo quando não é possível impor a exploração de forma não-coerciva, qual braço armado da hegemonia.

A guerra cumpre uma função semelhante. Por um lado, ela serve como pretexto para canalizar recursos públicos escassos para o complexo militar-industrial, que se espera poder proporcionar uma recuperação da rentabilidade do capital no centro capitalista, procurando repetir os êxitos do keynesianismo militar no pós-II guerra. Já nos vem sendo dito que o regresso da austeridade é inevitável para financiar estes esforços. Por outro lado, a pregação da inevitabilidade da guerra cria condições de aceitação de medidas políticas que em 'momentos normais' seriam inaceitáveis. No estado de exceção, a discriminação e a violência são admissíveis, e os direitos, a democracia e a lei são dispensáveis. É a necropolítica ao serviço da exploração.

Vivemos, por todas estas razões, num momento histórico particularmente perigoso e, por isso, especialmente instável e convulso. À medida que se estreita o espaço para estratégias de recuperação da taxa de lucro, aumenta o espaço para a barbárie. A instabilidade, a incerteza e a violência tornam-se elementos do quotidiano. A democracia política, as liberdades, os direitos sociais e laborais serão crescentemente vistos como obstáculos a remover. Só isto permite ao capital resistir, mesmo que temporariamente, ao seu próprio declínio.

³ Por exemplo, ver o artigo de Weber (2023), *Taking aim at Sellers' Inflation*: <https://www.project-syndicate.org/commentary/sellers-inflation-diagnosis-accepted-but-old-interest-rate-policies-remain-by-isabella-m-weber-2023-07>

Capitalismo e precariedade da vida

Por Jorge Corsi

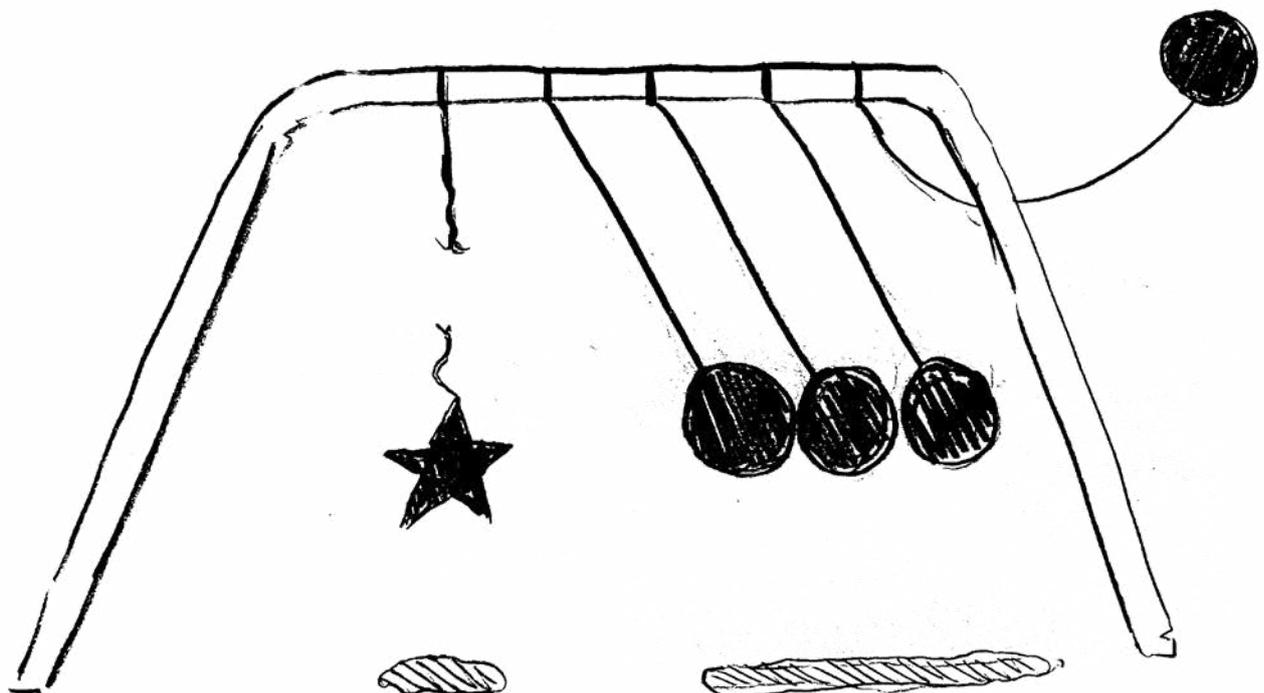
Portugal vai novamente a eleições, por responsabilidade do primeiro-ministro do breve governo da AD. Na campanha, muito se discutirá sobre o caso das incompatibilidades de Montenegro, mas seria bom que as escolhas políticas se afirmassem em torno dos principais problemas da maioria: a habitação, os salários que não chegam, as desigualdades, a falta de tempo para viver. São dimensões interrelacionadas da precariedade na vida. Portugal tem cerca de um milhão de trabalhadores com contrato a prazo no setor privado (metade dos trabalhadores administrativos e do alojamento e restauração são precários), quase 100 mil falsos recibos verdes, há um milhão de trabalhadores por turnos e metade deles tem dificuldade em adormecer ou declara ter insónias frequentes, o ganho médio das mulheres é 16% inferior ao dos homens e atinge os 26,5% quando se comparam mulheres e homens com ensino superior. Os salários são baixos e quase

40% dos trabalhadores do alojamento e da restauração recebem o salário mínimo¹.

Todos estes problemas precisam de alternativas de fundo. Também por isso, precisamos de forças anticapitalistas capazes de mobilizar os princípios da esquerda contra as múltiplas precariedades e de fazer análises sobre os impasses sistémicos do capitalismo. A precariedade na vida não é uma mera consequência colateral: resulta da lógica intrínseca do sistema em que vivemos e das suas mutações nos últimos anos.

¹ Ver Cantante, F. (Coord.), Estêvão, P., Tomassoni, F., Cunha, D. S., Ferreira, B., Costa, S., Caleiras, J., Teixeira, A., Nunes, S., Almeida, T., Teixeira, T. & Lamelas, F. (2024). *Trabalho, emprego e proteção social 2024*. CoLABOR. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14259658>

Após a transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível e quatro décadas de imposição de uma política conservadora e neoliberal, os países do Norte e Sul Global, dominados pela hegemonia dos Estados Unidos da América, encontram, sob suas ruínas, um aumento exponencial das desigualdades sociais, o baixo crescimento e estagnação de suas economias, o encolhimento da estrutura produtiva, o desemprego estrutural, o empobrecimento e o endividamento das famílias das classes trabalhadoras, para além da fragmentação dos laços de solidariedade comunitária, a atomização da experiência individual, a crescente descrença no princípio democrático e a consequente negação da sociedade como organismo político - uma hiper-realidade caracterizada por múltiplas crises, em que, como relembra Fredric



Capitalismo e precariedade da vida (cont.)

Jameson, é mais fácil pensar no fim do mundo do que no fim do capitalismo.

Esta era pós-fordista da governança neoliberal é marcada pela renovação das dinâmicas de acumulação primitiva do capital, por meio de uma série de programas e agendas de desregulamentação (dos mercados, das instituições, dos direitos sociais e do trabalho), de austeridade, privatização, pela expansão da lógica dos mercados e pela generalização da concorrência para instituições e esferas sociais antes desmercadorizadas. Trata-se de um intenso processo de flexibilização, fragmentação e hipermercadorização das instituições sociais, do trabalho e dos modos de vida dos subalternos. Um modelo de acumulação por espoliação que vive quanto mais mercadoriza e suga valor do mundo do trabalho e das esferas que constituem o mundo da vida das populações trabalhadoras, como lembra Fraser², o capitalismo neoliberal está devorando o trabalho produtivo e reprodutivo, a democracia e o planeta, canibalizando a si mesmo - gerando uma crise generalizada da ordem social.

Ao mesmo tempo, é preciso realizar uma reflexão de como o neoliberalismo não surge apenas como resposta à crise de acumulação do capital, mas também como resposta à crise de governabilidade emergida após as duas grandes guerras, a revolução de outubro e o pacto social pós-guerra. Assim, a estratégia de dominação neoliberal se articula em uma série de discursos, práticas e dispositivos do poder que visam não apenas à reconfiguração da economia e das condições políticas, mas também à transformação das relações sociais. Ou seja, o neoliberalismo se estabelece como uma forma de racionalidade que configura as dinâmicas e formas da existência, redefinindo vocabulários, culturas políticas, princípios de justiça, práticas de governo e até imaginários democráticos.

Estabelece estratégias, regras, leis, consensos e ideologias para construção de uma nova ordem normativa, mobilizada pela expansão das situações de mercado, pela generalização da concorrência entre os indivíduos e pela naturalização dos riscos, constituindo, assim, uma biopolítica neoliberal que impõe a precariedade como modo de vida, criando disposições balizadas pela concorrência, pelo desempenho e pela gestão dos riscos, internalizadas pelos indivíduos e constituindo, assim, uma subjetivação contábil e financeira que mobiliza as dinâmicas de socialização, reorienta políticas e comportamentos, produz novas relações sociais, subjetividades e maneiras de viver - congratulando uma sociedade do direito privado, de privatização total dos bens e serviços centrais para uma vida comunitária.

Nesse sentido, a precariedade faz parte tanto das dinâmicas de acumulação por espoliação da era da reestruturação produtiva do capitalismo financeirizado pós-fordista quanto do processo disciplinar da política neoliberal - não podendo ser resumida apenas à relação salarial, mas devendo ser analisada como um modo de dominação. A imposição da precariedade se estabelece, portanto, na desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho, dos mercados e instituições, pelas políticas de austeridade, pelo desemprego estrutural e em todo aparato da acumulação flexível. Conjuntamente, a precariedade se cristaliza por meio de uma série de estratégias de normatividade neoliberal que acentuam o processo de mercadorização das esferas sociais que constituem o mundo da vida, estabelecendo a dominação do tempo abstrato sobre as principais dinâmicas de socialização e esferas sociais, acelerando e fragmentando a experiência do tempo dos indivíduos, desumanizando as experiências de vida das populações trabalhadoras.

Criam-se, assim, vivências pautadas pela biopolítica da precariedade - isto é, pela imposição do tempo abstrato, da lógica contábil e financeira, sobre o mundo do trabalho e da vida, pela multiplicação das situações de mercado, pela generalização da concorrência, da insegurança e da incerteza, pela individualização dos riscos, pela subordinação dos trabalhadores face às hierarquias, pela conciliação entre a subjetividade e os objetivos da empresa, pelos estímulos incessantes à competição e desempenho. Falamos, assim, de uma formação social precária, na qual direitos básicos se tornam improváveis e impensáveis, e a vida é pautada pela aceleração e fragmentação da experiência do tempo.

É a esta formação social precária que pertencemos, mas é contra ela que precisamos de construir uma alternativa política que nos permita sermos soberanos do nosso trabalho e do nosso tempo. Numa palavra, da nossa vida.

² Fraser, N. (2024). *Capitalismo canibal. Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito*. Autonomia Literária.

Para lá do Marão não mandam os que lá estão: O novo extrativismo europeu e o mito do Progresso

Por Alexandre Portela

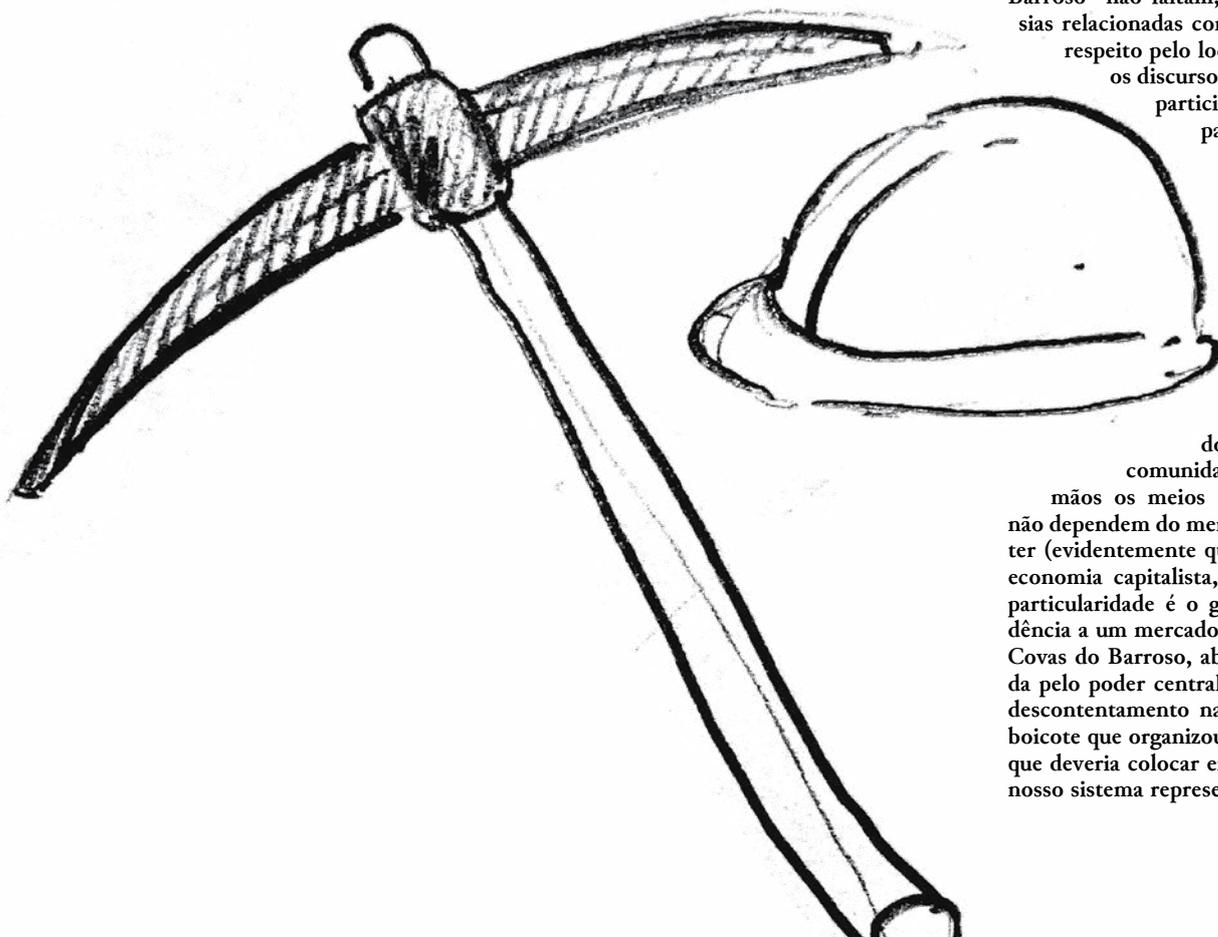
Não é fácil perceber o fenómeno da nova onda de exploração mineira europeia além das suas expressões locais, conciliar isso com um marketing político que ofusca os impactos irreversíveis da exploração do lítio nos ecossistemas e a pressa em submeter uma população a um esquema de progresso que não é feito para si, mas que precisa do seu sacrifício. O recente livro “*Il Rimosso della Miniera*”¹, do Collettivo Escombrera italiano, escrito de maneira formidável após o estudo do fenómeno nas montanhas de Portugal e Espanha, pode trazer alguma lucidez à discussão nacional contra a exploração do lítio.

¹ Collettivo Escombrera. (2024). *Il rimosso della miniera. La nuova febbre dell'oro nell'Europa in guerra*. Segnalibro snc. Doravante, todas as citações em texto se referem a esta obra.

“Os discursos gerais sobre o extrativismo, bastante vagos e idealistas, de tipo anticapitalista, anticolonialista e ambientalista, não nos parecem adequados para apoiar as populações que se opõem às minas e que, plausivelmente, se perguntam por que devem elas – mais uma vez – pagar o preço do progresso nacional e europeu. Ao mesmo tempo, as posições identitárias ou localistas também não parecem eficazes. No plano europeu sobre matérias-primas críticas e estratégicas, não encontramos palavras que descrevam um projeto de desenvolvimento voltado ao lucro e ao progresso através da exploração e da expropriação; em vez disso, há muitas palavras que remetem ao mundo da guerra, do sacrifício e da competição agressiva entre Estados.”

Tantas vezes até os olhares mais informados têm zonas de invisibilidade, o que não é problema quando não somos “nós” os invisibilizados. Por vezes, as lutas da cidade e do campo não se harmonizam mais devido a incompatibilidades profundas no discurso de ambos, mas sobretudo pela extrema mercadorização de todos os aspetos da vida urbana, em oposição a uma forma de rural em que o valor de uso tem uma função essencial no tecido social (refiro-me às terras de uso comum, os baldios, geridos por assembleias e onde uma grande parte dos terrenos para a exploração mineira se encontra). Esta naturalização da vida em mercadoria é também a sua alienação completa dos seus meios de produção: uma transformação antropológica em *Homo Economicus* que, sem dúvida, se faz a alta velocidade na cidade, pela sua abertura a um mundo/mercado que a homologa. E é também assim que as ideias “progressistas” importadas reduzem a batalha material à batalha ideológica. No acampamento pelo Barroso “não faltam, portanto, as controvérsias relacionadas com os comportamentos, o respeito pelo local, o barulho e, às vezes, os discursos progressistas dos jovens participantes, incompreensíveis para a população local.”

A questão ambiental no Barroso não se pode resumir a um conservadorismo de manter a paisagem assim como está; os agricultores estão bem conscientes da relação dialética do seu trabalho com a forma dos montes cultivados. Há comunidades que ainda têm em mãos os meios da sua subsistência, que não dependem do mercado global para se manter (evidentemente que há coexistência com a economia capitalista, como o agroturismo; a particularidade é o grau menor desta dependência a um mercado global). A população em Covas do Barroso, abandonada e marginalizada pelo poder central, demonstrou bem o seu descontentamento nas instituições através do boicote que organizou às eleições, um protesto que deveria colocar em crise a legitimidade do nosso sistema representativo.



Para lá do Marão não mandam os que lá estão: O novo extrativismo europeu e o mito do Progresso (cont.)

“A atenção dos nossos interlocutores para os locais de proteção ambiental, para os recursos naturais, para a paisagem em geral, não parece ser puramente ambientalista, ou seja, não é simplesmente baseada no facto de que a destruição da chamada ‘natureza’ seja algo errado em princípio, mas parece ser mais determinada por uma espécie de sentimento de traição por parte das instituições. A preservação da natureza, a não contaminação dos recursos hídricos, a conservação da paisagem rural parecem, para muitos, ser as pré-condições de seu estilo de vida e do projeto de desenvolvimento que, até alguns anos atrás, antes do projeto da mina, havia sido definido e aceite.”

É claro que ninguém os leva a sério, os partidos políticos citadinos e longínquos projetam lá a sua ideia de progresso social, vendo o campo como um estágio primário da civilidade. A vida de campo não é uma à espera de se tornar de cidade; existe um sentimento de fruição da vida como é (eu sei, coisa que parece inconcebível dado que nem um shopping center têm). A questão do Barroso multiplica-se por tantos outros sítios do interior de Portugal e além-fronteiras. Cerca de 30% do território português está designado para prospeção mineira e destinado a sacrificar o seu futuro para saciar as metrópoles. A própria atividade da prospeção geológica impede já a pastorícia devido a aberturas de buracos largos onde o gado cai – prospeções protegidas pela polícia, que servem os interesses de privados no “nosso” território, longe de ser uma mera atividade de investigação científica inócua (revela apenas desprezo por quem ocupa o território).

“Em todos os lugares é propagada e anunciada uma promessa: a de um futuro mais limpo e próspero; um futuro, no entanto, baseado no lítio, indispensável para as baterias dos aparelhos tecnológicos. Como sempre, o comboio do progresso convida os viajantes a embarcar, sem revelar o preço do bilhete; enquanto isso, a ‘febre do ouro branco’ redesenha os contornos das montanhas portuguesas.”

“A extração do lítio das pegmatites requer escavações a céu aberto. Em qualquer caso, o lí-

tio deve ser sempre refinado”, ou seja, não se pode obter o lítio sem esburacar aquilo tudo. As minas são projetadas para 20/30 anos, dependendo do tamanho das reservas, mas sobretudo da procura desse recurso no mercado. Um exemplo histórico pode servir para reduzir (ou eliminar) o entusiasmo extrativista. Depois da Segunda Guerra Mundial, as minas portuguesas de volfrâmio acabaram rapidamente com a “febre do ouro negro”; deixaram para trás um ambiente poluído, inútil para a agricultura, montanhas cheias de cicatrizes e populações com traumas geracionais, nostálgicas de uma forma de vida anulada. As marcas das minas vão muito além de trinta anos, e os danos sociais ultrapassam em muito os lucros que alguma burguesia conseguiu amearhar com isso. Compraram a neutralidade na guerra, sim, se por neutralidade considerarmos os vagões que vinham com ouro roubado a judeus, diretamente de Auschwitz para Portugal, para pagar o minério dos militares.

Não se pode conceber o novo extrativismo europeu abstraído-o da conjuntura de competição capitalista pelo monopólio de recursos críticos. O lítio vem sempre associado ao discurso da transição energética (e como solução milagrosa para finalmente nos libertarmos dos recursos fósseis). No entanto, a China, que lidera a corrida ao lítio e efetivamente regula o seu valor de mercado, iniciou este caminho para sobretudo escapar ao petróleo negociado em dólares. O Ocidente, por sua vez, vê-se obrigado a ser criativo e encontrar novas reservas dentro de fronteiras, apostando na especulação entre depósitos e reservas e acelerando prospeções, de modo a conseguir competir com a China e manipular os preços a seu favor. É difícil dissociar historicamente as ondas de extrativismo com a corrida às armas ou, neste caso, uma competição económica que leva a vias de facto pelo controlo dos recursos (veja-se como, estranhamente, as terras raras assumiram um papel de protagonista nas negociações de “paz” na Ucrânia). A guerra sempre foi um mecanismo de desterritorialização, gerador de lucro, a custo de zonas ditas limitrofes e de pessoas “dispensáveis”.

A modernidade não é o estádio mais evoluído do humano; não temos a obrigação de nos modernizar e os “outros” não estão à espera de que os modernizem. Jamais “fomos” moder-

nos. Sem revelar este possível preconceito da modernidade no nosso olhar, não conseguimos criticar as dinâmicas analogamente coloniais entre nós, portugueses. Sem fazer uma crítica às universidades e ao conhecimento científico, não revelamos a lógica de mercado que orienta os seus estudos, que não há uma ciência neutra; não conseguimos criticar o *greenwashing* e a folia da transição energética como vem sendo divulgada, sobretudo por democratas americanos. A técnica não tem necessariamente de servir o lucro; pode e deve ser controlada pelos coletivos para a usarem como desejarem para os seus fins. Produção para as pessoas e não pessoas para a produção.

“Se o camponês depende da terra, e a regenera e cuida para garantir seus frutos de estação em estação, o mineiro depende de escavar e exaurir inexoravelmente os seus tesouros: está, portanto, condenado a tornar-se um despojado, quando a reserva se esgota, as guerras acabam ou os mercados mudam. O que resta: montanhas de estêreis, água contaminada, crateras onde nada mais pode crescer, e um desolador despovoamento ainda à espera de que as promessas de recuperação sejam cumpridas.”

É importante ver a questão do extrativismo na permanente necessidade de expansão do capitalismo e em encontrar e formar novos mercados, mesmo que isso passe pela desterritorialização violenta dos modos de vida aí presentes, com a formação de massas de pessoas expropriadas prontas a trocar a sua nova miséria por um salário. A acumulação primitiva de que Marx falou não pára de se expandir (costumava ser no Sul Global), mas com as novas dinâmicas de competição voltou cá para dentro, como já não se via. Parece que a modernidade depende de mecanismos já bastante antigos e que o nosso olhar continua com fadiga em ver. Está na hora de usar o vocabulário anticolonialista cá dentro. O outro lado da acumulação primitiva é, de facto, a morte – convém que venha invisibilizada.

Vemo-nos no próximo acampamento pelo Barroso.